



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA (27ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Vigésima Sétima (27ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 10 de setembro de 2015. Às 21h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Benedito José do Couto (01), Cinoê Duzo (02), Daniel Gasparini dos Santos (03), Daniela Dalben Mota (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antonio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Luís Roberto Tavares (09), Luiz Antônio Guarnieri (10), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (11), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (12), Marcos Bento Alves de Godoy (13), Maria Helena Scudeler de Barros (14), Osvaldo Aparecido Quaglio (15), Waldemar Marcurio Filho (16) e, ausente, Ary Augusto Reis de Macedo (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", e não havendo proposituras, ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no "Expediente", anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que falou sobre o Projeto de Lei nº 105/2015, de sua autoria, sobre possível desconto no Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, para municípios, que adotassem animais abandonados, junto ao Programa Bem-Estar Animal, ou entidades de proteção animal, conveniadas com o município. "Sabemos que o número de animais abandonados cresce dia a dia, temos o trabalho do Bem-Estar Animal e da ONG Vida e, praticamente, eles 'enxugam gelo', pois o problema do abandono é recorrente, portanto, eu acredito que, se colocarmos um estímulo à população, certamente, isto irá melhorar a situação de adoção. Coloquei, na lei, que no ato da adoção, o animal adotado será acompanhado pelo Bem-Estar Animal, para que a pessoa não o adote, para ter o desconto, e o abandone depois. Depois, versou sobre outro assunto. "Quero comentar, não me levam a mal, mas o uso da tribuna faz toda a diferença. Sobre a moção de repúdio contra o cancelamento do desfile cívico de 7 de Setembro, fiz contato com os vereadores, mas foi apenas quando vim à tribuna e verbalizei, que consegui, que todos assinassem. Agora, temos certeza de que a administração não está indo bem e prova é, que até a base concordou com o repúdio, então, quando eu precisar do apoio de todos, virei sempre à tribuna, porque fez a diferença e eu agradeço o apoio". Por fim, falou sobre o SAMU, manifestando seu apoio e dizendo que os funcionários tinham tido muita coragem ao virem até a Câmara, para mostrar os problemas que enfrentavam no dia a dia. Como os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

próximos inscritos, Vereadores Luiz Guarnieri e Marcos Bento Alves de Godoy, desistissem da palavra, ocupou a tribuna a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que também falou sobre o SAMU, sobre os serviços desenvolvidos pelo resgate e contou sua própria experiência, diante do episódio do grave acidente, ocorrido com um de seus filhos, recentemente. “Em Serra Negra, fiquei maravilhada com o atendimento do SAMU, porque, quando eu soube, após um acidente, que meu filho deveria ser transferido, no leito, para Campinas, e fui falar com os socorristas do SAMU. Vi ambulâncias limpas, pneus bons, a ambulância era antiga, mas o prefeito de Serra Negra não permite que haja desmazelo, com as ambulâncias, que transportam pessoas sob risco de vida, e as mantém em ordem, eu achei maravilhoso. Conversei com toda a equipe e todos me passaram muita calma e muita paz, então, eu tive certeza de que meu filho estaria em boas mãos, além de o tempo todo, terem a preocupação conosco, com o paciente e os acompanhantes. Foi um serviço, inacreditavelmente, eficiente. E aqui, em Mogi Mirim, vejo a equipe colocando seus problemas, sem receber salários, a ambulância parada já há algum tempo, e observamos que algo está errado, que a vida não está sendo valorizada, em Mogi Mirim, fica, portanto, a minha homenagem à equipe do SAMU, porque é no momento difícil, que a gente valoriza tal serviço e, aqui, nesta administração, infelizmente, não é o que temos visto”, discursou. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, fez uso da palavra, para replicar à Vereadora Dayane Amaro Costa, dando-lhe a informação de que os Vereadores Laércio, Manoel e ele, e seus assessores, não tinham sido procurados pela assessoria da vereadora, para coleta de assinaturas, para a moção de repúdio contra o cancelamento do desfile cívico de 7 de Setembro. Houve discussão acalorada entre eles. “A informação que tenho é que o vereador Laércio Pires, o vereador Manoel e eu, ou nossa assessoria, não foi procurada pelo seu assessor, vereadora, portanto, quero lhe corrigir. O Vereador Marcos, o Vereador Daniel, o Vereador Laércio e eu estivemos reunidos na casa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do vereador Marcos, no dia 31 do mês passado, portanto, já faz quinze dias vereadora, e, naquele dia, nós quatro tomamos a decisão de que iríamos assinar a moção de repúdio, conjuntamente, logo, o que quero dizer, é que o seu assessor não nos procurou, vereadora, e ele confirma”, destacou e concedeu uso da palavra ao próximo inscrito, Vereador Benedito José do Couto, que discursou. “O pessoal do SAMU já se retirou, mas quero dizer, que também vou estudar o que se pode fazer, para ajudá-los. Nada posso prometer, porque não sei qual a possibilidade de conseguir algo, quanto a isso, mas é óbvio que, o bombeiro, o socorrista é fundamental, é muito importante que tenham toda a assistência, todo amparo no seu trabalho, porque o trabalho que desenvolvem não é fácil, um trabalho de grande necessidade, salvam vidas, e todos os vereadores são solícitos a fazer todo o possível, podem contar comigo e com todos também”, colocou. Depois falou sobre o Parque das Laranjeiras. “Não iria me manifestar, mas muitos moradores ficaram preocupados diante dessa forte chuva, que ocorreu, e acabam pensando, que o serviço está abandonado e que não vai ser feito, mas eu venho acompanhando, sempre, de perto, e a cada detalhe vou buscar informações com o Secretário Wilson Rogério, e a informação que obtive, na semana passada, foi a de que seria assinado contrato, para compra da massa asfáltica e para locação de maquinário, e, conseqüentemente, seria retomado o trabalho, e tive informação atualizada, de que já foi assinado o contrato para compra da massa e está sendo concluída a locação da máquina. Aliás, há uma grande dificuldade para executar esse trabalho, portanto, vir na tribuna e só criticar é muito fácil, mas é melhor procurar o secretário, antes de fazer críticas, para saber o que está acontecendo. Teve a chuva, é natural que a chuva faça estragos, mas acham que o secretário, ou o prefeito, eles iriam fazer alguma coisa de propósito, para estragar tudo? Claro que não! Todos sabem que as questões burocráticas são difíceis, não é da noite para o dia, a questão documental é difícil. Eu tenho acompanhado o processo e ele não é tão simples. A informação do secretário é a de que,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

assim que terminar a locação da máquina, a massa já comprada, o serviço será retomado. Sei que foi um prejuízo, mas não foi feito de propósito. Fatalidades acontecem, a chuva foi deveras forte”, explicou. Para finalizar, sobre a sua assinatura, aposta na moção de repúdio, explicou à Vereadora Dayane, que tanta polêmica fazia, que, num primeiro momento, quando procurado pelo assessor, não desejava assinar, naquele momento, que depois, decidira-se a assinar, mas que tal fato não queria dizer, necessariamente, que a base aliada estivesse criticando a administração. Colocou que, talvez, fosse usado aquele momento, para denegrir a imagem dos colegas de trabalho e que, tal conduta não era a forma correta de se promover, de forma alguma. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, que agradeceu o carinho, que recebia das pessoas, em todos os lugares, as crianças, na feira, na quarta-feira, à noite, bem como o pessoal da Terceira Idade. “Receber o carinho das pessoas é muito prazeroso e verdadeiro, minha mãe sempre falou para eu tratar bem as pessoas. Aqui, parece que nos transformamos, pensamos que temos poder, mas não somos nada. Peço perdão a Deus, publicamente, por qualquer ofensa. Vereadoras Maria Helena Scudeler e Luzia Nogueira estão passando por momentos delicados, eu vou orar pela sua irmã, Vereadora Maria Helena, e pelo seu filho, Vereadora Luzia. Eu estou aqui, apenas de passagem”, discursou. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que falou das suas indicações, apresentadas durante o “Expediente”, na primeira sessão da noite. “Minhas indicações são as mesmas, todas às vezes, quando chove, ou seja, a manutenção no bueiro, localizado na Avenida Expedito Quartieri, em frente aos Condomínios Santa Úrsula e Santa Mônica. Já pedi a solução desse problema, está formando um buraco lá. Pedi a construção de rampa de acesso, em frente ao posto de saúde, localizado no Parque do Estado II, que foi inaugurado, neste ano, já sem a rampa de acesso. Solicitei operação tapa buracos no final da Rua Prefeito F. de Farias, no Bairro Eugênio Mazon (CDHU). Aliás, o final da rua fica esquecido, pessoal



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

joga lixo por lá, também, e a moradora da última casa me liga, sempre, eu ligo na prefeitura, acabam retirando, mas há a formação de buracos, a calçada da moradora está se quebrando inteira e a prefeitura não toma uma providência, portanto, após vários protocolos, feitos pela moradora, na prefeitura, fiz este pedido, através da indicação, e, se não houver resultado imediato, aconselhei-a a procurar os seus direitos, contra esta verdadeira falta de respeito ao munícipe”, declarou. Para concluir, falou sobre os animais abandonados, mencionando também o projeto da vereadora Dayane Amaro. “Já comentei com a vereadora que, se o projeto passar aqui, penso que o prefeito vá vetá-lo, por dois motivos: por questão política e porque ele não gosta de animais. O abandono de animais, em Mogi Mirim, está demais. Acredito até, que alguém os traga de outras cidades, para soltá-los aqui, haja vista que são muitos animais e sou chamado, várias vezes, no dia, para os socorrer e, hoje, não foi diferente. São muitos gatos e cães. Nunca vi tanto abandono, como nos últimos meses. No Parque Real o abandono é muito grande e no Horto Vergel também. Na Bocaina, foram abandonados seis cães de uma vez, o que é um absurdo. Algo precisa ser feito e ser feito, regionalmente, não só em Mogi Mirim. Precisamos, primeiro, ter a castração e a posse responsável e o assunto precisa ser debatido, regionalmente. A prefeitura tem que ‘vestir mesmo a camisa’, o valor remetido ao Bem-Estar Animal, se bem usado, cerca de cento e cinquenta mil, pode castrar bastantes animais, um trabalho muito bom e vamos trabalhar para isso”, finalizou. Como os próximos inscitos, Vereadores Osvaldo Aparecido Quaglio, Jorge Setoguchi, Daniel dos Santos e Waldemar Marcurio Filho, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Laércio Rocha Pires. “A gente vê cada uma aqui, neste plenário. Agora, vereador envolve até os inocentes, as crianças, um absurdo. Depois que o Vereador Manoel Palomino fez as audiências públicas, para discutir a condição animal, tomou a iniciativa, o que apareceu de defensor aqui, não foi brincadeira, porque, agora, todo mundo é defensor de cachorro, mas você não vê ninguém correndo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

atrás. Quando os trezentos moradores dos novos apartamentos os estiverem habitando, quero ver onde vamos enfiar tantos cachorros na cidade, porque virão mais. Estes cachorros abandonados, tenham certeza, vieram dos prédios do Linda Chaib e de outros, pois a família se muda para o novo apartamento e abandona o bichinho. Tinha que ser elaborada uma lei, obrigando os que vão se mudar a dar destino aos animais, caso contrário, Mogi Mirim vai empestear de cachorros abandonados. E acredito também, que sejam trazidos de outras cidades, porque trazem seres humanos e os abandonam, na praça, só para dizer que a cidade não faz nada. Tenha certeza disso. Sugiro ao Vereador Manoel, que elabore uma lei, para visitas, nas casas, e censo de animais, para, no caso de mudança para apartamentos, seja dado encaminhamento aos animais. O vereador é defensor e se empenha, portanto, peço que tome providências. O pessoal, simplesmente, chega na porta do DSM e abandona os animais, por ali, e o' pau come no lombo' da cidade, dizendo que o prefeito é culpado. Que eu saiba, o prefeito não tem cachorro, mas está tomando porrada. Se ele fez, por merecer, quem tem bronca do prefeito, que bata nele. Não nos funcionários de vinte, ou trinta anos de serviço, inocentes. Vereador quer falar mal do funcionário, só porque tem bronca do prefeito, o cúmulo do absurdo. E, depois, vem à tribuna e se arrepende, dizendo que não queria ter dito o que disse, que não tinha sido com o funcionário, ora! Como não? Fala, declaradamente, que o funcionário é culpado. Mas quando vê que o' pau vai quebrar no lombo', o cidadão, que não protegeu o funcionário público, diz que não disse, e que se arrepende de ter dito, algo assim. Demagogia pura. E quero dizer, que o Presidente é o culpado, na questão da moção de repúdio. Eu não iria assinar a moção de repúdio da Vereadora Dayane, mas, em consideração à sua pessoa, Presidente, eu a assinei. Não foi pressão recebida, na tribuna, de forma alguma, mas, em consideração ao presidente, assinei", finalizou. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 22h11, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa, o que segue: **EM SEGUNDO TURNO: "ex-vi" do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 50, de 2015, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa, "dispondo sobre a instalação de placas indicativas de vagas preferenciais, com mensagens educativas, no âmbito do Município de Mogi Mirim"; (submetido a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos Vereadores presentes, Segundo (2º) Turno, o Projeto de Lei nº 50/2015, da Vereadora Dayane Amaro Costa); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 2. Projeto de Lei nº 65, de 2015, de autoria do Vereador Luiz Roberto Tavares e outro, "dispondo sobre a indicação de dívidas provenientes de exercícios anteriores e o novo código de zoneamento, nos carnês de IPTU, e dando outras providências"; (submetido a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos Vereadores presentes, Segundo (2º) Turno, o Projeto de Lei nº 65/2015, do Vereador Luís Roberto Tavares e outro); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 3. Projeto de Lei nº 67, de 2015, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa, "dispondo sobre a obrigatoriedade de tratamento e desinfecção da areia contida nos tanques, destinados ao lazer e recreação infantil, existentes em escolas e creches, no município de Mogi Mirim"; (posto a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos Vereadores presentes, Segundo (2º) Turno, o Projeto de Lei nº 67/2015, da Vereadora Dayane Amaro Costa); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 4. Projeto de Lei nº 72, de 2015, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa, "dispondo sobre a impressão de boleto de pagamento de IPTU, confeccionado nos sistemas convencionais e em braile"; (colocado a votos, em sessão de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos Vereadores presentes, Segundo (2º) Turno, o Projeto de Lei nº 72/2015, da Vereadora Dayane Amaro Costa); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 5. Projeto de Lei nº 89, de 2015, de autoria do Vereador João Antônio Pires Gonçalves, “estabelecendo horário de tráfego dos veículos de transporte de valores denominados carros-fortes, no município de Mogi Mirim, e dando outras providências”. **PREJUDICADO** (retirado na primeira sessão da noite); 6. Projeto de Lei nº 91, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a reestruturação da Corregedoria da Guarda Civil Municipal”; (posto a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos Vereadores presentes, Segundo (2º) Turno, o Projeto de Lei nº 91/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 7. Projeto de Lei nº 92, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a reestruturação da Ouvidoria da Guarda Civil Municipal”; (submetido a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos Vereadores presentes, Segundo (2º) Turno, o Projeto de Lei nº 92/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **“ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 8. Projeto de Lei Complementar nº 06, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a aprovação do Plano de Urbanização do Loteamento denominado “Jardim Carlos Gomes”, no Município de Mogi Mirim”. **PREJUDICADO** (retirado na primeira sessão da noite); 9. Projeto de Lei Complementar nº 07, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “regulamentando o Artigo 165, da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (submetido a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos Vereadores presentes, Segundo (2º) Turno, o Projeto de Lei Complementar nº 07/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

276/2010 (Regimento Interno vigente). A primeira oradora, foi a Vereadora Dayane Amaro Costa, que replicou a fala do Presidente, sobre sua moção de repúdio contra o cancelamento do desfile cívico. “Desculpe-me, vereador, pelas minhas interrupções, sou de família nordestina, tenho sangue quente diante de hipocrisia. Fiquei duas semanas divulgando minha moção no Dedo Duro, entrei em contato com o Vereador Manoel Palomino, que confirmou a visualização; a Vereadora Daniela Dalben também visualizou; o Vereador Daniel Santos assinou, no dia da audiência, na Câmara, com a maior disposição; o Vereador Pires visualizou e não respondeu minha mensagem sobre isso, pedi ao meu assessor que entrasse em contato com todos, tanto é, que segurei a moção até agora, e o Vereador Benedito vem dizer, que eu queria me promover?! Se eu quisesse me promover teria feito sozinha a moção, ao invés de colocar o nome de todos. Desculpem-me, se ofendi vocês com minhas palavras, de coração, peço desculpas, mas não suporto hipocrisia. O meu assessor entrou em contato com os outros assessores e penso, então, que o único com quem ele não fez contato foi com o senhor, Presidente, porém, o senhor mesmo se manifestou, dizendo que havia se reunido com o Vereador Marcos e outros, que já tinha ciência e nem foi preciso que meu assessor o convidasse. No início da sessão, eu estava com a moção nas mãos, o meu assessor passou por todos da base e foi somente depois de eu ter mencionado nomes, na tribuna, é que os demais vieram assinar. E vocês queriam que eu me calasse? Desculpem-me, corre sangue nas minhas veias. Da próxima vez, vou pessoalmente, sala em sala”, declarou. Na sequência, como os próximos oradores inscritos, Luiz Antônio Guarnieri, Marcos Bento Alves de Godoy, Luzia C. C. Nogueira, Benedito José do Couto e Cinoê Duzo, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares, que retornou, para concluir o assunto da proteção aos animais. “Já falei do abandono e da falta de investimentos, nessa área de saúde pública, mas dou meus parabéns aos protetores, porque são muitos os que trabalham pelo bem-estar e qualidade de vida



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dos animais. São feitas rifas, pizzas e outras coisas, para fazer caixa, para pagar as operações de castração. Quero deixar pública minha moção de aplausos aos protetores de animais, em Mogi Mirim. Depois, falou sobre a moção de repúdio, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa. “Sobre a moção de repúdio da Vereadora Dayane, eu me manifestei favorável, porque, desde que moro aqui, em Mogi Mirim, desde 1996, nunca ouvi dizer sobre o cancelamento de um desfile cívico e eu me lembro, inclusive, que a gente usava uma fitinha verde e amarela, durante toda a semana da pátria, e enfeitávamos os carros, com a mesma fita. Isto é respeito e orgulho de ser brasileiro. Um valor tão irrisório, para a prefeitura, e ainda deixou para comunicar o cancelamento somente uma semana antes, ora! Avisasse antes e não se criaria expectativa nas crianças, portanto, assinei e vou votar a favor. Quero falar da escuridão, que está Mogi Mirim. A Rua 30, no Parque das Laranjeiras, a rua da escola, a rua da minha casa e a rua de baixo estão às escuras. O que podemos fazer? Nada. Peço perdão, mas não podemos fazer nada. É horrível a situação em Mogi Mirim. A prefeitura recebeu o dinheiro da CIP, indevidamente, por quatro meses, o Promotor de Justiça sabe disso. A lei foi sancionada, em janeiro, e a prefeitura passaria a ser a responsável, pela iluminação pública, de Mogi Mirim, mas não assumiu nada, só coletou a contribuição e depois de muita celeuma, atualmente, existe um número, na Prefeitura, para o qual a pessoa pode ligar e passar seu endereço, onde está o ponto escuro, mas, para se ter ideia, quase toda uma rua ligou e fez o pedido, para restabelecer a iluminação, e a prefeitura diz, que está anotado, mas não resolve a situação. A coisa mais feia, nesta administração, é o munícipe pagar, não ter o direito e continuar pagando”, declarou. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que falou sobre a questão animal. “O problema não está nas pessoas, que não colaboram, pois noventa por cento das pessoas colaboram para o bem-estar, proteção e promoção animal. Eu penso, que deveríamos criar algum mecanismo, para os que abandonam os animais, pois é como jogar lixo em lugar que não deve, a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

gente vê, mas fica acanhado, para ‘pegar no pé’ da pessoa. Deveríamos estudar algo assim, com uma punição severa, para quem abandona. Vários munícipes ajudam, anonimamente, mas, infelizmente, a situação é crítica. Vamos pensar juntos, analisar o que possa ser feito, e não adianta pegar os animais na rua, se o pessoal continua jogando mais e mais. Não vejo solução a médio prazo, sem a conscientização da população. Quanto à questão da iluminação, a situação já cansou toda a população, que se cansou de pedir aos vereadores, todos já receberam cobranças e foram muitas vezes. Infelizmente, a ferramenta foi dada ao Poder Executivo. Eu, pessoalmente, votei favorável, fui enganado. A questão, Vereador Luís Roberto, não é saber em qual rua há lâmpadas queimadas, mas qual rua continua com lâmpadas acesas! Já cansou todo mundo, prefeito! Infelizmente, o prefeito não sai na rua, para não apanhar, ele se esconde, ninguém o encontra, para cobrar a iluminação e, tanto é verdade, que, no ato cívico, promovido pela ACIMM, ele saiu durante a execução do Hino Nacional. Estamos num ‘mato sem cachorro’ e, independentemente, de quem seja o próximo prefeito, falta um ano e pouco, para o prefeito Gustavo Stupp cair fora, este é o alívio”, discursou. Como os próximos inscritos, Vereadores Jorge Setoguchi e Daniel Gasparini dos Santos, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Com relação ao que disse o Vereador Osvaldo, sobre o abandono de animais, lembro que é crime sim. É raro ver a pessoa abandonando o animal, mas eu já vi, segui a pessoa e a levei até a Delegacia de Polícia. Eu tenho três cachorros e mais onze cães de rua. Só consigo mantê-los, porque meu filho tem agropecuária e faz preço de custo, para mim. Precisamos promover uma lei municipal, cobrando os que abandonam animais, porque mexer no bolso do indivíduo é a solução. O que o vereador for fazer, estarei junto, conte comigo. Sobre a iluminação, acho que sou privilegiado. Estávamos com muitos pontos escuros, em Martim Francisco, e fomos atendidos, em nossos pedidos, uma semana após eu ter feito ao Secretário Wilson Rogério a solicitação. Sinto-me privilegiado, porque



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Martim Francisco não está passando a escuridão que Mogi Mirim está, estou narrando a forma como agi e obtive resultados. Relativo à moção da vereadora Dayane, de fato, ela passou a mensagem, vi e não respondi. Eu já tinha conversado com a Secretária Elisanita. Não concordo com o cancelamento do desfile, mas vejo a situação financeira real. O valor a ser gasto no desfile não era miséria, era alto, horas-extras num feriado, mas concordo, que era problema do prefeito e que ele deveria ter visto isso, com muita antecedência, logo no início do ano, por isso assinei. Muitas cidades estão passando necessidades financeiras, mas entendo que o desfile cívico deveria ter sido realizado de uma forma, ou outra”, explanou. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. “Quando disse do Vereador Manoel, como protetor, eu me lembrei de que foi ele quem fez audiência pública sobre o assunto, com a presença do Deputado Marcos Feliciano, porque, agora, todo mundo é protetor de cachorro. Mas, quero dizer que há a Edna, a Dona Amelinha, a Patrícia Rechia, a Carla Canutos. E já há a lei, aprovada pela Casa, Vereador Osvaldo. Na verdade, é o prefeito que deve ter coragem, colocá-la em prática e fiscalizar! E como tudo o que tem vício de iniciativa está passando nesta Casa, vou fazer lei para tudo também, porque está passando tudo, tudo está valendo. Medo de falar ‘não’, a pessoa intimida, o cidadão recua. Está passando tudo, mas, lá, na frente, poderemos ter problemas, arrependimento. Daí, é tarde, já foi, o ‘pau quebrou no lombo’. Portanto, existem muitas coisas aqui, que podem gerar problemas, porque a coisa é feia. Então, como disse, Manoel Palomino é o defensor número “1” dos animais, desde quando entrou na Câmara, já fez audiências, apresentou projeto e efetua reuniões, então, eu venho em defesa dele sim, porque aqui, ‘papagaio come milho, mas o periquito que leva a fama’! E digo, novamente, para que não se confundam, quando disse que pessoas queriam aparecer aqui, como defensores de animais, não falei dos protetores, os quais citei, mas falava dos oportunistas, porque não devemos colocar o nome de inocentes aqui, para fazer média”, afirmou. A seguir,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “O presidente marcou para a próxima quinta-feira, a audiência pública, para discussão da revisão do plano diretor. Tivemos o assessoramento técnico de três profissionais e os quero agradecer, publicamente, bem como agradecer o empenho da Mesa e dos vereadores, pois tivemos boas reuniões. Mas, agora, para a revisão, existem muitas emendas e o texto está tremendamente desarticulado, há falhas grosseiras, nos mapas, e eu insisto na ampliação da área territorial. Estivemos no Ministério Público, Vereadores Dayane, Luzia, Luiz, Jorge e eu, com a Dra. Paula, conversamos muito com ela e ela abriu inquérito, para discutir a incorporação do perímetro urbano. A Casa enviou, a pedido do Dr. Rogério Filócomo, Promotor Público, a cópia do projeto do plano diretor, mas nós também poderíamos pedir, que a empresa refizesse tudo isso, porque são muitos remendos. Poderíamos propor uma nova revisão, que, realmente, fosse bem-feita, porque esta foi feita por uma empresa, que não conhece Mogi Mirim, foi feita de forma grosseira. Sr. Presidente, a discussão é muito clara, o plano deveria ter sido feito por profissionais, que conhecessem a cidade, estarei aqui, dia 17, quinta-feira, e espero que possamos discutir, juntos, toda a desarticulação da revisão proposta, que, para mim, traz muitas falhas”, ponderou. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, completou as palavras da vereadora, lembrando a todos sobre o dia 17, e pedindo que os Vereadores trouxessem as emendas pretendidas e necessárias. “Apesar dos três profissionais, que a senhora citou, o setor de Planejamento fez oito audiências públicas e eles não compareceram a nenhuma. O plano diretor foi discutido pelos munícipes, muitas audiências, e uma delas nem se realizou, porque não houve participação de nenhum munícipe. Precisamos saber se as pessoas, que estão surgindo agora, precisamos ver se alguns não têm interesses próprios, no plano diretor. Esperamos que todos estejam aqui, na quinta-feira. São duzentos e cinquenta e seis artigos, uma peça grande, e esta é a oportunidade, dia



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

17. O Regimento diz que o prazo máximo para votar é 05 de outubro e as emendas poderão ser feitas, até o final do mês, mas seria bom já as discutir no dia 17, porque o negócio é sério. Com relação ao abandono dos animais, lembro que a ONG Vida, sabemos quem são, não é questão de aparecer, há um ano que a ONG Vida faz bingos, para arrecadar fundos, e o cantador oficial sou eu, João Carteiro”, explicou. Não havendo mais Vereadores inscritos e nada mais a tratar, o Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h55, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM